



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Comissão Executiva do Vestibular
Seleção Pública para Orientador de Célula e Supervisor de Núcleo
da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - **STDS**

LOCAL DE PROVA

RG

ORIENTADOR DE
CÉLULA

1ª FASE: PROVA OBJETIVA
16 de março de 2008

DURAÇÃO: 04 HORAS

INÍCIO: 09h 00min

TÉRMINO: 13h 00min

ASSINATURA DO CANDIDATO

Leia com atenção todas as instruções abaixo.

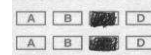
O tempo utilizado para esta leitura está incluído no tempo de duração da prova.

01. Para fazer sua prova, você está recebendo um caderno, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50.
02. Cada questão apresenta um enunciado seguido de 4 (quatro) alternativas, das quais somente uma é a correta.
03. Com ênfase na **SEGURANÇA** para o candidato e em virtude de razões logísticas e operacionais o caderno de prova deve ser, necessariamente, assinado no local indicado.
04. Examine se o caderno de prova está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. Se for o caso, informe, imediatamente, ao fiscal para que este comunique ao Coordenador. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
05. Decorrido o tempo determinado pela CEV, será distribuído o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção da prova.
06. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o seu nome e número de inscrição estão corretos. **Reclame imediatamente**, se houver discrepância.
07. Assine o cartão-resposta no espaço reservado no cabeçalho.
08. Não amasse nem dobre o cartão-resposta para que o mesmo não seja rejeitado pela leitora óptica, pois não haverá substituição do cartão-resposta.
09. Marque suas respostas pintando completamente o quadradinho correspondente à alternativa de sua opção. Assim:
10. Será anulada a resposta que contiver emenda, rasura, a que apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou ainda, aquela que, devido à marcação, não consiga ser identificada pela leitora, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
11. É vedado o uso de qualquer material, além da caneta de tinta azul ou preta, para marcação das respostas.
12. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação.
13. Não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar: armas; aparelhos eletrônicos de qualquer natureza; bolsas; livros, jornais ou impressos em geral; bonés, chapéus, lenço de cabelo, bandanas ou outros objetos que impeçam a visualização completa das orelhas.
14. É vedado o uso de telefone celular ou de qualquer outro meio de comunicação. O candidato que for flagrado fazendo uso do aparelho celular, durante o período de realização da prova será, sumariamente, eliminado da Seleção.
15. O candidato, ao sair da sala, deverá entregar, definitivamente, seu **cartão-resposta preenchido e o caderno de prova**, devidamente assinados, devendo, ainda, assinar a folha de presença.
16. É proibido copiar suas respostas em papel, em qualquer outro material, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, sua grade de respostas estará disponível na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 15 horas do dia 17 de março de 2008. O gabarito e as questões desta prova estarão disponíveis na página da CEV (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 16 de março de 2008.
17. O candidato poderá interpor recurso administrativo contra o gabarito oficial preliminar, a formulação ou o conteúdo de questão da prova. O prazo para interposição de recursos finda às 17 horas do dia 18 de março de 2008.
18. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da CEV/UECE e entregues no Protocolo Geral da UECE, no Campus do Itaperi, Av. Paranjana, 1700, no horário das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

PROVA OBJETIVA:

Este Caderno de Prova deve conter 50 (cinquenta) questões, numeradas de 01 a 50, todas com 04 (quatro) alternativas. Verifique se o caderno está completo ou se há imperfeições. Nestes casos, informe, imediatamente, ao fiscal.

Marque seu cartão-resposta pintando completamente o quadrinho correspondente à sua resposta, conforme o modelo:



PROVA PARA ORIENTADOR DE CÉLULA

01. O adolescente é definido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como a pessoa que
- A) já tenha completado doze anos de idade.
 - B) tenha entre doze e dezoito anos de idade.
 - C) tenha menos de dezoito anos de idade.
 - D) tenha idade inferior a vinte e um anos.
02. Em relação aos direitos do adolescente é correto afirmar que
- A) assim como a criança, ele goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
 - B) igualmente à criança, ele tem tanto o seu direito de opinião e expressão quanto o de crença e culto religioso condicionados à escolha, definição e anuência de seus pais ou responsável.
 - C) não lhe foram assegurados direitos civis, sociais ou qualquer forma de participação da vida política.
 - D) o direito à convivência familiar só lhe é plenamente assegurado quando os pais podem garantir as condições materiais adequadas.
03. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma violação a algum direito de crianças e de adolescentes.
- A) Constranger o adolescente abrigado em entidade, como recurso para manter a disciplina interna e o bom funcionamento administrativo.
 - B) Submeter criança ou adolescente que se encontra sob sua guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
 - C) Matricular e obrigar a criança ou o adolescente a frequentar escola.
 - D) Como forma de sanção disciplinar, proibir crianças ou adolescentes abrigados de receber visitas ou decretar a suspensão de lanches ou de outra refeição.
04. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito da criança e do adolescente à educação engloba outros direitos, entre eles, os de:
- A) frequentar escola próxima de sua casa, dependendo da existência de vaga; definir as propostas educacionais; contestar critérios avaliativos.
 - B) se portador de deficiência, receber atendimento especializado, preferencialmente na rede de escolas especiais; definir as propostas educacionais; ter acesso à escola pública e gratuita.
 - C) ser promovido para a série seguinte, independentemente de apresentar ou não rendimento escolar suficiente; ser respeitado por seus educadores; participar da definição das propostas educacionais.
 - D) ser respeitado por seus educadores; participar de entidades estudantis; ter assegurada igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
05. Ainda no que tange ao direito à educação, é possível afirmar, em relação ao adolescente que se encontra quer em regime de internação quer em regime de semiliberdade, que
- A) a ele deve, obrigatoriamente, ser propiciada escolarização.
 - B) à direção da entidade, dentro das possibilidades, cabe garantir-lhe escolarização.
 - C) ele perde temporariamente o direito à escolarização.
 - D) cabe ao juiz determinar que lhe seja garantido o direito à escolarização.

06. Ao tratar do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve:
- A) o adolescente portador de deficiência deve ser protegido, logo, o trabalho lhe é vetado.
 - B) a proibição de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - C) é permitido o trabalho às crianças, somente na condição de aprendiz e desde que seja em empresa familiar.
 - D) o trabalho noturno só é permitido quando realizado por entidade de assistência governamental.
07. Quando se trata de adolescente assistido em entidade governamental, o Estatuto da Criança e do Adolescente
- A) permite o trabalho insalubre, desde que se adotem as medidas de prevenção e de proteção definidas em lei e que o mesmo tenha o acompanhamento de profissionais da entidade que o assiste.
 - B) não proíbe o trabalho noturno ao adolescente, desde que lhe seja assegurado tempo suficiente de repouso no dia imediato ao trabalhado.
 - C) deixa a critério da entidade a avaliação quanto ao grau de perigo e as condições de insalubridade a que o adolescente ficará submetido.
 - D) assim como faz em relação a qualquer adolescente, veda o trabalho noturno, perigoso, insalubre, penoso ou que seja realizado em horários e locais que lhe impeçam a freqüência à escola.
08. O direito à liberdade de que o adolescente é detentor compreende vários aspectos, entre os quais:
- A) optar pela não freqüência à escola, quando se encontrar trabalhando; participar, sem restrição, da vida política; praticar culto religioso.
 - B) brincar e praticar esportes; ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, observadas as restrições legais; participar, sem discriminação, da vida comunitária.
 - C) opinar e expressar-se livremente; colocar-se em situação de risco pessoal; ter possibilidade de viajar desacompanhado sem quaisquer restrições.
 - D) brincar e praticar esportes; freqüentar quaisquer ambientes; opor-se à determinação de seus pais ou responsável quanto à obrigatoriedade de freqüentar escola.
09. Comunicam-se ao Conselho Tutelar da respectiva localidade
- A) exclusivamente os casos confirmados de maus-tratos contra crianças e adolescentes.
 - B) os casos de suspeita de maus-tratos, somente quando as vítimas forem menores de doze anos.
 - C) os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes.
 - D) os casos de suspeita de maus-tratos, exclusivamente quando sua possível ocorrência houver sido no ambiente doméstico.
10. A Constituição Federal de 1988 definiu como entes responsáveis pelo asseguramento integral dos direitos de crianças e adolescentes:
- A) os pais, a escola e a comunidade.
 - B) a família, o Poder Público e as entidades de assistência social.
 - C) a família, o Poder Judiciário e os conselhos tutelares.
 - D) a família, a sociedade e o Estado.
11. No tangente à inimputabilidade penal é correto afirmar que
- A) sendo penalmente inimputáveis, os adolescentes não podem sofrer quaisquer tipos de medidas legais.
 - B) a Constituição Federal define como penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, isentando-os por completo de responsabilidade sobre seus atos.
 - C) menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, sendo sujeitos às normas da legislação especial em vigor.
 - D) tendo em vista a relativa incapacidade de discernir o caráter criminoso de seus atos, o adolescente é reconhecido como inimputável, não podendo, pois, ser responsabilizado legalmente.
12. Assinale a alternativa que traduz corretamente no que se configura o ato infracional.
- A) Qualquer ato que o Juiz da Infância e da Juventude julgue lesivo à sociedade.
 - B) Conduta que esteja definida como um crime ou uma contravenção penal.
 - C) É assim denominada a contravenção penal praticada pela criança.
 - D) É uma categoria específica de crimes de menor potencial ofensivo.

13. Assinale a alternativa que contém, somente, medidas socioeducativas.
- A) Inclusão em programa de assistência à família; advertência; prisão cautelar; internação provisória.
 - B) Apreensão; internação provisória; obrigação de reparar o dano; advertência.
 - C) Advertência; abrigo compulsório em entidade; liberdade assistida; semiliberdade.
 - D) Prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação.
14. Sobre a aplicação da medida socioeducativa é correto dizer que
- A) é da competência do Juiz da Infância e da Juventude ou do Juiz que exerça essa função aplicá-la ao adolescente, quando verificada a prática de ato infracional.
 - B) tanto ao juiz quanto ao promotor cabe aplicar qualquer uma das medidas socioeducativas, desde que existam provas suficientes de autoria do ato infracional praticado.
 - C) excepcionalmente, a autoridade policial pode aplicar ao adolescente uma medida socioeducativa, exceto a de internação.
 - D) ela pode ser aplicada pela autoridade competente a crianças e adolescentes quando provada a materialidade do ato infracional.
15. Assinale a alternativa cujo texto **CONTRARIA** o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A) Quando internado (privado de liberdade), o adolescente tem direito de receber visitas, ao menos semanalmente.
 - B) Em caso de haver outra medida socioeducativa adequada, não deverá ser aplicada a de internação.
 - C) A internação provisória não comporta prazo, pois não se pode prever o tempo necessário para conclusão do processo legal.
 - D) É direito do adolescente internado (privado de liberdade) ter acesso aos meios de comunicação de massa.
16. A medida socioeducativa que pode ser aplicada ao adolescente como forma de transição para o meio aberto denomina-se
- A) liberdade condicional.
 - B) semiliberdade.
 - C) liberdade assistida.
 - D) medida progressiva de internação.
17. O adolescente só poderá ser privado de sua liberdade quando
- A) a autoridade policial tiver indícios suficientes de que houve prática de um crime.
 - B) for flagrado cometendo ato infracional ou por determinação escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
 - C) houver comprovação da materialidade do ato delituoso e prova testemunhal, mesmo sem que ocorra o flagrante.
 - D) a autoridade policial decidir pela busca e apreensão do mesmo.
18. Assinale a alternativa que expressa os princípios que norteiam a medida socioeducativa de internação.
- A) Direito à igualdade processual; garantia de defesa técnica; transitoriedade.
 - B) Brevidade; compulsoriedade; condição para inserção em meio aberto.
 - C) Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; transitoriedade; exclusão da responsabilidade ou da culpa.
 - D) Excepcionalidade; brevidade; respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
19. Em relação à medida socioeducativa de internação, é correto afirmar que:
- A) não comporta prazo determinado; o período máximo não pode exceder a três anos; pode ser aplicada em casos de descumprimento repetido e injustificável de medida imposta anteriormente ao adolescente.
 - B) comporta incomunicabilidade do adolescente em casos excepcionais; não está sujeita a prazo determinado; sua manutenção deve ser reavaliada a cada seis meses.
 - C) deve ser reavaliada a cada seis meses; deve ser fixada por um prazo mínimo de seis meses; constitui uma forma de transição para o meio aberto.
 - D) deve ser aplicada quando se tratar de ato infracional com emprego de grave ameaça ou violência à pessoa; quando o adolescente completar dezoito anos, a medida cessa compulsoriamente; comporta incomunicabilidade por um prazo máximo de trinta dias.

20. Assinale a alternativa na qual se encontram expressas somente garantias processuais que devem ser asseguradas ao adolescente.
- A) O completo e formal conhecimento do que se está lhe atribuindo; direito de confrontar-se com vítimas e testemunhas; direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer etapa do procedimento.
- B) Assistência judiciária gratuita; direito de confrontar-se somente com testemunhas; direito de negar-se a responder a processo legal quando se sentir injustiçado.
- C) Defesa técnica por advogado; direito de peticionar ao juiz no sentido de que ele aplique a medida socioeducativa em meio aberto; direito de negar-se a responder a processo legal quando não conseguir levantar provas que lhe sejam favoráveis.
- D) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer etapa do procedimento; direito de conhecer pelo menos o que lhe está sendo atribuído, sem que, no entanto, possa confrontar-se com vítimas nem com testemunhas; direito de não cumprir medida socioeducativa decretada pelo juiz, quando entender que as provas contra si não são suficientes para provar sua responsabilidade pelo ato infracional.
21. Em regime de semiliberdade, diz o Estatuto da Criança e do Adolescente:
- A) não se faz necessária autorização judicial para que o adolescente realize atividades externas.
- B) a escolarização e a profissionalização devem ser realizadas dentro da instituição, pois não se pode permitir que o adolescente em semiliberdade permaneça por longo período fora da unidade.
- C) o adolescente deverá ser acompanhado por pessoa capacitada da comunidade, que deverá supervisionar sua freqüência e aproveitamento escolar.
- D) só serão colocados adolescentes que tenham cumprido pelo menos dois anos de internação.
22. Recai sobre o Conselho Tutelar a responsabilidade da adoção de medidas em relação à criança que seja autora de ato infracional. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de medidas aplicáveis à criança em tal condição.
- A) Medidas de proteção.
- B) Medidas restaurativas.
- C) Medidas socioeducativas não restritivas de liberdade.
- D) Exclusivamente a colocação em entidade de abrigo.
23. A medida socioeducativa cujo período não deve exceder a seis meses é a de
- A) semiliberdade.
- B) advertência.
- C) reparação de dano.
- D) prestação de serviços à comunidade.
24. Quando atingidos os três anos de cumprimento de medida socioeducativa de internação, a lei diz que
- A) o adolescente poderá, a critério do juiz, ser liberado ou não.
- B) a medida de internação cessa obrigatoriamente e o adolescente poderá ser colocado em semiliberdade ou liberdade assistida.
- C) a equipe técnica da entidade em que o adolescente está internado é quem vai fundamentar a decisão do juiz quanto à cessação ou não da medida, logo, é ela quem, no fundo, decide.
- D) se o adolescente houver completado dezoito anos, pode ser, após ter seu caso analisado, transferido para uma unidade penitenciária.
25. No curso da execução de toda e qualquer medida socioeducativa há uma proibição legal que é a de
- A) afastar o adolescente de seu convívio comunitário.
- B) restringir o direito de ir e vir do adolescente.
- C) fornecer informação ao adolescente acerca de sua situação processual.
- D) submeter o adolescente a trabalho forçado.
26. A fiscalização de entidade que desenvolve programa de internação é da competência dos seguintes órgãos:
- A) Conselhos de direitos, secretarias de governo a que a entidade está vinculada, conselhos tutelares.
- B) Judiciário, Ministério Público, conselhos tutelares.
- C) Defensoria Pública, Procuradoria do Estado, Judiciário.
- D) Judiciário, Defensoria Pública, Fórum DCA.

27. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece obrigações para entidades que desenvolvem programa de internação, entre outras, estão as de:
- A) reavaliar anualmente o caso de cada adolescente, informando ao juiz em que condições ele se encontra; garantir o direito a culto religioso específico para aqueles que formam o maior contingente; manter sob sigilo informações processuais de adolescentes internos, inclusive em relação a eles próprios.
 - B) prestar informações à autoridade judiciária em relação ao caso de cada interno somente quando solicitadas; manter sob sigilo informações processuais de adolescentes internados, inclusive em relação a eles próprios; assegurar atendimento médico, odontológico, psicológico aos internos.
 - C) fornecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos internos; manter em adequadas condições de habitabilidade, higiene e salubridade as instalações físicas da unidade; preservar a identidade dos adolescentes internados.
 - D) informar ao juiz quais direitos dos adolescentes foram suspensos pela equipe da unidade de internação; proporcionar escolarização e profissionalização para todos os internos; preservar a identidade dos internos.
28. Toda criança e todo adolescente têm o direito de ter sua imagem e sua identidade preservadas. Nesse sentido, a lei define como uma infração administrativa
- A) a divulgação não autorizada, mesmo que parcial, de documentos policiais que informem a prática de atos infracionais tão-somente quando a autoria for atribuída a pessoas menores de doze anos.
 - B) a veiculação da imagem de crianças ou de adolescentes envolvidos em prática de atos infracionais, somente quando essa for feita sem ordem expressa da autoridade policial.
 - C) exclusivamente os casos em que a divulgação do nome completo do adolescente ou da criança envolvido em ato infracional se dê em programas de cunho policial, ainda que não seja mostrada fotografia do adolescente ou da criança.
 - D) a exibição, mesmo que parcial, por qualquer meio de comunicação, de fotografia de criança ou de adolescente envolvido em ato infracional. Ou, ainda, de qualquer ilustração que possibilite sua identificação, quer direta ou indiretamente.
29. Assinale a alternativa que contém as exigências que a lei faz para que se justifique, antes da sentença judicial, a decretação da internação de um adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.
- A) A decisão terá que ser fundamentada, embasada na existência de indícios suficientes de autoria e de materialidade. E tal decisão ainda haverá que se mostrar imprescindível.
 - B) Faz-se suficiente que o juiz levante as condições socioeconômicas e familiares do adolescente e suponha que os pais ou responsável possam não exercer controle sobre ele.
 - C) Basta que o juiz e o promotor estejam de acordo com a medida de internação provisória e que o adolescente, através de seu advogado particular, não recorra da decisão das autoridades.
 - D) Sempre que a autoridade policial achar necessário para fins de concluir os procedimentos investigativos.
30. Assinale a alternativa que traz algumas regras nas quais deve ser pautada a execução da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.
- A) Os serviços poderão ser executados em empresas privadas que já desenvolvam algum programa de iniciação profissional e, nesse caso, ao adolescente poderá ser repassado o valor da remuneração a que os demais aprendizes fazem jus. Em recebendo remuneração, só poderá permanecer por três meses para evitar o vínculo empregatício.
 - B) A entidade para a qual o adolescente é encaminhado é livre para definir as atividades que o mesmo deverá executar, sendo permitido ao adolescente apenas o direito de escolha do turno no qual prestará serviço, ressalvada a necessidade da entidade.
 - C) A jornada de trabalho será definida a partir da dinâmica de funcionamento da entidade, devendo o adolescente adaptar seu horário de escola e de qualquer outro trabalho que, acaso, realize ao que a entidade determinar.
 - D) As tarefas devem ser realizadas sem compensação financeira e por um período máximo de seis meses; jornada de trabalho nunca superior a oito horas semanais; na definição das tarefas deverão ser consideradas as aptidões do adolescente.

31. Prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente que, na execução da medida socioeducativa de internação, devam ser observados(as):
- A) total impedimento de execução de atividades externas à unidade; garantia de atendimento médico, odontológico e psicológico, mas, exclusivamente, nas dependências da própria unidade; como critérios de separação dos adolescentes, apenas o sexo e a idade.
 - B) garantia de atendimento individualizado; existência de pequenas unidades; separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
 - C) permissão de visita apenas aos pais, irmãos e companheiro fixo; garantia de atendimento individualizado; restrito acesso aos meios de comunicação social.
 - D) separação por gravidade da infração; retenção de todos os objetos pessoais, pelo tempo que dure a medida socioeducativa; permissão para o adolescente corresponder-se exclusivamente com os familiares.
32. Assinale a alternativa que contem quem poderá – e sob que condições – suspender as visitas de um adolescente que esteja em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
- A) À autoridade judiciária a lei permite a suspensão temporária de visitas ao adolescente, quando não restarem dúvidas de que essas ocasionam prejuízos aos interesses do adolescente.
 - B) A direção da unidade, quando entender necessário ou como forma de sancionar o adolescente por descumprimento de normas disciplinares, pode suspender o direito de visita do adolescente. Essa decisão deverá ter um prazo determinado.
 - C) A equipe técnica, em consonância com a direção e ouvidos os demais profissionais que lidem com o interno, poderá suspender as visitas ao adolescente, devendo cientificar o Ministério Público de sua decisão.
 - D) O Ministério Público, quando requerido pela direção da unidade, poderá, por tempo indeterminado, suspender a visita ao adolescente.
33. No tocante à entidade que desenvolve programa de internação que descumpra obrigações relacionadas no artigo 94 (refere-se, entre outros aspectos, a direitos de que o adolescente internado é detentor) do Estatuto da Criança e do Adolescente, prescreve a referida lei que
- A) por se tratar de entidade governamental, o Ministério Público deverá avaliar com mais parcimônia as situações de descumprimento da lei que tenham por razão deficiências derivadas de insuficiência de recursos.
 - B) elas nunca poderão ser fechadas, independentemente do que tenha sido seu descumprimento e da repercussão ou danos que tenham sido provocados com o ato ou omissão.
 - C) o diretor responderá a processo administrativo para efeito de rotina.
 - D) D) as medidas poderão ir da advertência até o fechamento de unidade ou interdição de programa.
34. De acordo com o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas nele referidas como aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de internação que descumprem suas obrigações legais
- A) nunca poderão passar da esfera administrativa.
 - B) não excluem os dirigentes ou prepostos dessas entidades de responsabilidade civil e criminal.
 - C) poderão ser suficientes, mesmo nos crimes mais graves, pois o Juiz da Infância e da Juventude é livre para decidir se deverão ou não os dirigentes da entidade responder criminalmente por seus atos.
 - D) se forem determinadas pelo Ministério Público, os dirigentes não poderão mais ficar sujeitos à responsabilidade criminal, apenas à responsabilidade civil.
35. São três as condições que justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação. Assinale a alternativa que traz uma situação que se inscreve nas definidas em lei.
- A) O adolescente que cometeu atos infracionais graves repetidamente.
 - B) O adolescente que envolveu criança em prática de ato criminoso sem recurso de violência.
 - C) A negativa injustificada do adolescente ou da criança de freqüentar escola.
 - D) O adolescente que foi flagrado furtando objeto de colega no abrigo em que convive.

36. A apreensão de um adolescente e o local onde se encontra recolhido terão que ser imediatamente informados
- A) ao defensor público e ao Conselho Tutelar.
 - B) à autoridade judiciária competente e à família do adolescente ou à pessoa por ele indicada.
 - C) ao seu advogado e a sua família.
 - D) ao Ministério Público e ao delegado titular.
37. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação à medida socioeducativa de advertência é correto afirmar que
- A) se trata de uma repreensão feita ao adolescente pela autoridade competente e que se dá de forma verbal, mas que é reduzida a termo e devidamente assinada.
 - B) na realidade, nem chega a ser uma medida socioeducativa, pois, inclusive, pode ser aplicada a crianças que cometam atos infracionais.
 - C) se trata de uma sanção aplicada pelo juiz da infância e da juventude ao adolescente, após a cessação de medidas socioeducativas privativas de liberdade.
 - D) é a sanção que substitui a internação provisória, nos casos de atos infracionais praticados sem requinte de perversidade.
38. Em relação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo é correto afirmar que se trata
- A) de uma política pública que tem por finalidade assistir de forma exclusiva, isolada o conjunto de sujeitos com menos de dezoito anos de idade envolvidos em prática de atos delituosos.
 - B) do conjunto formado pelos fóruns de entidades governamentais e não-governamentais que se dedicam à defesa dos direitos dos adolescentes envolvidos com a justiça em razão do cometimento de atos infracionais.
 - C) de uma política pública que tem no centro de suas ações o adolescente em conflito com a lei e que se relaciona de forma articulada com os demais sistemas e políticas sociais com vistas à efetivação da proteção integral de que os adolescentes são destinatários.
 - D) de um organismo constituído por representantes de entidades não-governamentais que têm assento no Fórum DCA e de representantes do Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública.
39. Diz o Estatuto da Criança e do Adolescente que a medida socioeducativa de internação
- A) excepcionalmente, pode ser cumprida em local destinado a adultos que cumprem pena, desde que os adolescentes fiquem isolados desses.
 - B) sempre que possível, deve ser cumprida em local distinto daquele destinado a abrigo. E, quando não se fizer viável esta separação, que se isolem os adolescentes infratores dos demais.
 - C) só poderá ser cumprida em instituição exclusiva para adolescentes e em local que seja distinto do destinado a abrigo.
 - D) pode ser cumprida em unidade destinada a abrigo, desde que nela não se encontrem abrigadas crianças e que haja estrutura adequada para manter os adolescentes infratores sob intensa vigilância.
40. Assinale a alternativa cujo teor **CONTRARIA** o que está preceituado no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A) O adolescente a quem seja atribuída autoria de ato infracional não será conduzido em compartimento fechado de veículo policial, exceto se ficar comprovado que ele, de fato, é autor do ato que lhe imputam.
 - B) O adolescente identificado civilmente não será submetido à identificação compulsória, exceto para dirimir dúvida fundada.
 - C) No Estatuto da Criança e do Adolescente, está previsto que, excepcionalmente, a lei possa ser aplicada às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
 - D) Sem o devido processo legal, o adolescente não poderá ser privado de sua liberdade.
41. É direito do adolescente privado de liberdade
- A) permanecer internado na mesma localidade em que seus pais ou responsável têm domicílio ou na localidade mais próxima.
 - B) escolher a unidade de internação na qual cumprirá a medida socioeducativa.
 - C) solicitar à autoridade judiciária transferência de uma unidade para outra quando apresentar dificuldade de adaptação às normas da unidade em que se encontra.
 - D) quando não houver unidade de internação no domicílio de seus pais ou de seu responsável, requisitar à autoridade competente a substituição da medida socioeducativa de internação por uma outra.

42. Assinale a alternativa que apresenta as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente que são englobadas pelo sistema socioeducativo.
- A) Advertência, apreensão, internação, liberdade assistida, semiliberdade.
 - B) Prestação de serviços à comunidade, obrigação de reparar o dano, internação por descumprimento de medida anteriormente imposta, advertência, internação provisória.
 - C) Internação provisória, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação.
 - D) Advertência, apreensão por flagrante de ato infracional, obrigação de reparar o dano, internação provisória, liberdade assistida.
43. O Sistema de Garantias de Direitos (SGD) assenta-se em três grandes eixos. Assinale a alternativa que contém esses eixos.
- A) Proteção especial, defesa e segurança social.
 - B) Assistência social, justiça e promoção social.
 - C) Promoção, defesa e controle social.
 - D) Segurança pública, assistência social e controle social.
44. A criação, a manutenção e o desenvolvimento de programas de atendimento em regime de internação, semiliberdade e internação provisória são da competência
- A) dos municípios.
 - B) da União.
 - C) do Poder Judiciário.
 - D) dos estados
45. A realidade nacional aponta uma série de problemas no que diz respeito ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Um deles merece, aqui, destaque: os danos ocasionados a adolescentes mantidos internados em unidades que apresentam superlotação. Diante da gravidade do problema, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) indica um número ideal de adolescentes por unidade destinada à execução da medida socioeducativa de internação, que é de até
- A) setenta e cinco adolescentes.
 - B) quarenta adolescentes.
 - C) vinte e cinco adolescentes.
 - D) cem adolescentes.
46. Em documento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) está prevista para o número ideal de adolescentes indicado pelo CONANDA a composição mínima do corpo funcional da unidade de internação. Assinale a alternativa que traduz a indicação do SINASE para a quantidade ideal de adolescentes que foi definida pelo CONANDA.
- A) Um diretor; um coordenador técnico; dois assistentes sociais; dois psicólogos; um pedagogo; um advogado (defesa técnica); socioeducadores (quantidade especificada de acordo com a dinâmica institucional e as atividades e eventos internos e externos realizados); profissionais que desenvolvam atividades e programações nas áreas de: saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração.
 - B) Um coordenador técnico; um orientador educacional; dois pedagogos; quatro assistentes sociais (dois por plantão); dois psicólogos; um advogado assistente; vinte educadores sociais; cinco educadores comunitários; alguns socioeducadores; técnicos das áreas de segurança, saúde, arte-educação, cultura, lazer.
 - C) Um diretor, supervisor técnico da área socioeducativa; dois assistentes sociais, dois pedagogos; dois psicólogos; dois advogados; socioeducadores (quantidade definida a partir das características da unidade); educadores de menores; oito estagiários de distintas áreas; profissionais das áreas de saúde, escolarização, cultura, esporte, lazer, profissionalização, serviços diversos.
 - D) Um diretor técnico; um supervisor de disciplina; um orientador educacional; um administrador; um assistente social; um pedagogo; um psicólogo; um advogado; socioeducadores; pessoal de vigilância interna e externa; profissionais das áreas de: saúde, assistência social, escolarização, esporte, iniciação profissional.

47. O SINASE aponta algumas características indispensáveis aos socioeducadores. Assinale a alternativa que as identifica.
- A) Considerando-se que devem ocupar-se de tarefas que envolvem fundamentalmente a preservação da integridade física dos adolescentes além da vigilância dos mesmos, é necessário observar na seleção desses profissionais a capacidade física: porte, resistência, velocidade.
 - B) Devem desenvolver atividades prescritas pelo pedagogo, além de ocupar-se da vigilância dos adolescentes que venham a participar de atividades externas. Daí, tornar-se necessário que tenham porte físico que imponha respeito e, de certo modo, iniba qualquer tentativa de quebra da ordem e da disciplina por parte dos adolescentes.
 - C) São profissionais que desenvolvem desde tarefas relacionadas à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários a atividades pedagógicas. E, assim sendo, o gestor da unidade deverá cuidar para que no conjunto deles façam-se presentes profissionais com habilidades para desenvolver atividades pedagógicas e profissionalizantes específicas.
 - D) Tendo em vista que são os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento da proposta pedagógica da unidade, eles devem ser estudantes ou profissionais oriundos dos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Filosofia ou Educação Física.
48. Segundo o SINASE, a comunidade socioeducativa é composta por:
- A) diretores das unidades executoras das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.
 - B) somente adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.
 - C) adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade e os familiares desses.
 - D) profissionais e adolescentes das unidades e ou programas de atendimento socioeducativo.
49. Sobre o princípio da incompletude institucional, é correto afirmar que ele
- A) reflete o reconhecimento de que, para execução da política voltada ao sistema socioeducativo, é imperioso ter em mente que o adolescente é dotado de múltiplas necessidades a serem atendidas no espaço exclusivo da instituição, logo, caberá aos programas ou unidades de internação, semiliberdade ou liberdade assistida a responsabilidade total e exclusiva de garantir o atendimento de todas essas necessidades.
 - B) consiste no entendimento de que, sem a devida participação da família no processo socioeducativo do adolescente envolvido em situação de conflito com a lei, a instituição não pode ser responsabilizada pelos insucessos, acaso existentes, na recuperação e reinserção do mesmo na sociedade.
 - C) traduz, precisamente, os limites que a execução de uma medida socioeducativa enfrenta, quando os programas ou as unidades de atendimento não contam com o apoio do poder público, no que diz respeito às condições de infra-estrutura, de recursos humanos e materiais.
 - D) reafirma a imperiosa necessidade da articulação entre os organismos governamentais e não-governamentais na direção de garantir indistintamente a integralidade dos direitos de todos os sujeitos menores de dezoito anos. Afirma, ainda, que da política de aplicação das medidas socioeducativas exige-se a articulação com todas as demais políticas sociais, quer as políticas básicas, quer as de caráter universal ou programas e serviços de assistência social e de proteção.
50. No documento do SINASE encontram-se relacionados dezesseis princípios que devem ser obrigatoriamente observados quando da execução de medidas socioeducativas. Um deles diz respeito à gestão democrática e participativa na formulação das políticas públicas e no controle das ações nos distintos níveis. Assinale a alternativa que indica o espaço institucional onde tem lugar a efetivação desse princípio.
- A) Ministério Público.
 - B) Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - C) Conselhos Tutelares.
 - D) Organizações não-governamentais.